



**DO PERÍODO COLONIAL À INDEPENDÊNCIA: ANÁLISE DE A GERAÇÃO DA  
UTOPIA, DE PEPETELA**

**FROM COLONIAL PERIOD TO INDEPENDENCE: ANALYSIS IN THE GENERATION  
OF THE UTOPIA IN PEPETELA**

Daynara Aragão Côrtes  
Jeane Nascimento Santos

**RESUMO**

O presente artigo se propõe a analisar o romance *A Geração da Utopia*, de Pepetela, sob o enfoque temporal que apreende os anos finais do período colonial, até conquista da independência política, chegando, por fim, aos anos noventa em Angola. Apoiada por diferentes posições político-ideológicas, a narrativa além de nos apresentar como se deu a derrubada do império português, abrange aspectos particulares correspondentes ao amadurecimento de um grupo de jovens angolanos que acreditavam na autonomia e progresso das colônias. Através de uma leitura sociológica e em uma análise que busca identificar as questões que envolvem a formação da identidade nacional, amparamos a nossa fundamentação teórica nos estudos de Stuart Hall (2015), Thomas Bonnici; Maria Cevalco e Gisèle Fernandes (2009), ao lado de leituras adicionais, para melhor compreender a obra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura Africana de Língua Portuguesa; *A Geração da Utopia*; Pepetela.

**ABSTRACT**

The present article proposes to analyzes the romance *The Generation of Utopia*, by Pepetela, under the temporal focus that comprehends the latter years of the colonial period until the conquest of the political independence, reaching, in the end, the ninety's years in Angola. Anchored by different political-ideological positions, the narrative, besides presenting us how was the overthrow of the Portuguese empire, exhibits particular aspects corresponding to the maturation of a young's Africans group who believed in the autonomy and progress of the colonies. Through of a sociological reading and analysis that seeks to identify the issues that involve the formation of national identity. We supported our theoretical grounding in the studies of Stuart Hall (2015), Thomas Bonnici; Maria Cevalco and Gisèle Fernandes (2009), besides additional readings to better to understand the book.

**KEYWORDS:** African Literature in Portuguese Language; *The Generation of Utopia*; Pepetela.



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com primeira publicação em 1992, o romance *A Geração da Utopia*, do angolano Pepetela, nos apresenta em um recorte temporal de fases que correspondem aos anos finais do período colonial à sucessão do processo de independência, até chegar o período que sobreveio a guerra civil. A partir da experiência inicial e amadurecimento de um grupo de jovens que acreditavam na independência das colônias, há um amplo balanço de como as identidades culturais se alternam ou não após as influências estrangeiras e, sobretudo, após o enfrentamento de diversas tentativas de silenciamento desses grupos.

Fundamentada nas análises de Stuart Hall (2015) sobre identidade cultural na pós-modernidade, nossa análise visa compreender o amálgama vivido pelos sujeitos após o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período que apresenta um caráter fragmentário e instável, principalmente quando atentamos para a realidade das colônias portuguesas em África. No romance, esse momento é marcado pela importância das relações estabelecidas na casa dos estudantes do império, onde, além do contato direto com a metrópole, também tiveram a oportunidade de repensar a condição colonial de Angola. Assim, focamos nos personagens: Sara, Aníbal, Vítor e Malongo.

A partir dos estudos sobre pós-modernidade, o romance analisado abrange a complexidade do sujeito, pois assim como as mudanças sociais acontecem a partir das alterações do comportamento humano, a literatura e as demais artes estarão suscetíveis às transformações (FERRARI, 2011). A partir dessa reflexão, que propõe um diálogo mais amplo entre a arte e as demais ciências, os caminhos de análise tomados para fundamentação do trabalho buscam unir o estudo da obra. Transitando entre outras zonas, que discutem questões relacionadas ao contexto histórico e político de Angola, ao lado da formação da identidade e pluralidade nacional.



Vale notar que a leitura pós-colonial presente no desenvolvimento argumentativo e a contribuição dos estudos culturais alongam a importância da literatura na reparação de erros ainda presentes no plano social (CEVASCO, 2009). Nesse ponto, faz-se necessário trazer inicialmente a correlação entre essa abordagem e o seu diálogo com os grupos esquecidos pelo poder, conforme a pesquisadora Maria Elisa Cevasco (2009) aponta na análise que faz dos estudos culturais e sua ocupação, pois “fazer crítica cultural é também apreender o funcionamento real de uma determinada sociedade. [...] conhecer esse funcionamento é parte fundamental do projeto de modificar a sociedade tornando-a mais justa e democrática”. (p. 322).

Diante dessa visão dialógica, a metaficção historiográfica, trazida à luz do trabalho de Gisèle Manganelli Fernandes (2009), se insere como forma de inversão na ótica narrativa, quando há adaptação dos fatos reais, perpassados pela perspectiva da história oficial, ao olhar quem historicamente foi esquecido pela camada que mantém a dominação política e econômica. Assim, o seu conceito alude “às ficções que se baseiam em fatos históricos, mas em que há uma reavaliação do passado, apresentando múltiplas perspectivas para análise da História de um país” (FERNANDES, 2009, p. 308).

Desse modo, a obra *A Geração da Utopia* nos traz um farto aparato das formas de permanência da supremacia portuguesa, através da crítica à política de governo comandada por António de Oliveira Salazar (1933-1974), e aos rumos tomados pela nação após conquista da independência. Como um meio de investigação do passado, a retomada de fatos históricos através do diálogo entre a literatura, história, memória e sociedade, é possível e oportuna, pois, consoante a afirmação de Glória Reis (2007), o processo de definição do sujeito acontece entre a afluência da memória individual em contato com a memória coletiva, nesse sentido, o autor “como um ser social, assimila o espírito de sua época e expressa, na arte que faz, as influências do mundo em que vive” (p. 214).



## LITERATURA COLONIAL *VERSUS* LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Antes de adentrarmos no enredo do romance e nas discussões teóricas levantadas superficialmente na introdução do trabalho, para melhor compreender como aconteceu a formação da literatura em território angolano, reportamos primeiramente as reflexões de Russell Hamilton (1981), sobre o termo “expressões” na referência às literaturas africanas produzidas na língua do colonizador. Desse modo, para o autor, “a palavra «expressão» é algo vaga, pois «expressar» significa «fazer conhecer» e «proferir sentimentos».” (HAMILTON, 1981, p. 19). Nesse parecer, Hamilton chama atenção para falta de autonomia dada a essas produções, pela referência direta ao colonizador.

Diante do surgimento dessas literaturas e da necessidade de haver uma nomenclatura que abarcasse essas produções, vemos como a literatura produzida em Angola enfrentou a forte imposição cultural estrangeira. Opondo-se aos textos coloniais, cuja elaboração se ateuve à política do governo salazarista, as literaturas africanas de língua portuguesa apresentam uma forte crítica ao processo de colonização e os resquícios deixados por ela. De acordo com as considerações de Manuel Ferreira (1987), essas produções invertem a ótica da narração, apresentando o homem colonizado como protagonista e participante ativo na narração da história do seu povo.

Segundo o estudioso português citado, o texto colonial amplia a situação de dependência com a metrópole, apontando o europeu como herói no sacrifício de civilizar o povo. Como ponto norteador, sobre a diferença entre a Literatura Colonial e a Literatura Africana de Língua Portuguesa, Manuel Ferreira conceitua:

No texto da literatura colonial, por décadas exaltada, o homem negro aparece como que por acidente, por vezes visto paternalistamente, o que, quando acontece, já é um avanço, porque a norma é a sua marginalização ou coisificação. [...] As literaturas africanas são o inverso da literatura colonial. [...] No espaço material e linguístico do texto o negro é privilegiado e revestido de um solidário tratamento literário – embora não sejam



excluídas as personagens europeias (de sinal negativo o seu positivo). (FERREIRA, 1987, p. 11-13).

Antes de adentrarmos na produção pepeteliana, faz-se necessário trazer à tona a literatura oral que já existia em Angola antes da chegada dos portugueses no séc. XV, cuja circulação perpassou o campo da memória e serviu por anos como palco educativo na formação de gerações. Como um “hábil tecido que auxilia a continuidade do grupo” (MACÊDO; CHAVES, 2007, p. 16), a oralidade em muito contribuiu na construção posterior de uma literatura inteiramente influenciada pela pluralidade cultural que já existente nos diversos âmbitos, inclui-se: linguística e étnica. Tendo em vista o contexto pré-colonial até independência, é importante abrir o leque de discussão para compreender Angola e a sua literatura não somente a partir da visão ocidentalizada e colonialista, insistentemente presente, mas buscar promover uma interpretação ampla entre as produções e o contexto sócio histórico.

Desse modo, conforme referido, como as literaturas coloniais estavam a serviço de uma ideologia dominante e era também uma das políticas de governo salazarista (1933-1974). Opondo-se a esse posicionamento, nascem as consideradas “literaturas negras”. Dentro desse prisma, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, conhecido tão somente por Pepetela, é um dos grandes escritores angolanos que promove em suas obras reflexões acerca da história do país, dos reflexos controversos na sociedade e no contato com colonizador, por meio da construção que perpassa o campo memorial.

### **NARRATIVA PEPETELIANA: POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE A LITERATURA, HISTÓRIA E POLÍTICA**

Partindo para o enredo do romance *A Geração da Utopia*, focando especificamente nos elementos enredo, espaço e tempo, nota-se que há uma divisão de quatro períodos históricos amparados por diferentes títulos. O primeiro corresponde ao início dos anos 60, em Portugal, no espaço denominado Casa dos Estudantes do Império, ou simplesmente “A Casa” que serviu de abrigo para universitários das ex-colônias portuguesas, desde



1944, ano de fundação, a 1965. Nessa primeira divisão do romance, existe uma apresentação inicial das personagens, em um período longo e repressor da história política portuguesa.

Centrado no breve relato dos jovens estudantes, o narrador que representa o descompasso do mundo pós-moderno, segundo as ponderações de Gisèle Fernandes (2009), faz uso de variadas técnicas ao narrar a estória. Constituído nesse formato, a primeira divisão apresenta-nos um aparato de diversas personagens, a destacar: Sara, figura feminina importante na exibição dos discursos pós-coloniais; Aníbal, retrato do jovem marxista; Vítor, ainda jovem, mas crente na independência das colônias e união das nações; e, por fim, Malongo, a representação do jovem que busca se manter ileso às discussões políticas.

O narrador apresenta simultaneamente as personagens e, logo em seguida, a postura política exercida na metrópole. Desse modo, faz-nos, portanto, refletir sobre a construção ideológica dessa geração que se encontrava em formação híbrida de identidade cultural. No ponto trazido, é relevante trazer à tona as considerações de Stuart Hall a respeito dessa formação nacional nos anos após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Assim sendo, o sociólogo pontua:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado [...]. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (2015, p. 11 e 12).

Consoante a essa fragmentação do sujeito e a construção da identidade nacional, a identificação das personagens, de modo essencial, já mostrava ruptura. Essa circunstância de segmentação identitária foi motivada pelo processo de colonização sofrido em seus espaços de origem e pela saída da terra natal para a metrópole, como podemos perceber na história de Sara, quando o narrador revela: “Nascida em Benguela, [...], viera há quase seis anos para Lisboa estudar Medicina. [...] Tragou com avidez todas



as impressões, tentou fixar a cor vermelha da terra e o contraste com o azul do mar, o arco apertado da baía e o verde da Ilha” (PEPETELA, 2013, p.11).

Essa formação heterogênea feita em dois espaços geográficos distintos não está presente somente na vida e trajetória da personagem citada, mas em todos os jovens estudantes que se faziam presentes no centro da administração colonial. Ainda no tocante a essa formação da identidade nacional, Stuart Hall (2015) pontua como a criação da ideia de povo e nação se faz arquiteturalmente pensada, através de um “sistema de representação”.

O esquema é feito a partir de cinco elementos, estes considerados principais. O primeiro passaria pela construção de uma narrativa da nação, que “dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós” (HALL, 2015, p. 31). O segundo considera que, após a criação e popularização dessa narrativa, faz-se necessário enfatizar as origens, continuidade e atemporalidade dos fatos, para que, assim, não exista o apagamento daquilo que foi concebido como próprio da identidade do povo.

O terceiro elemento faz referência à criação de uma tradição que une valores simbólicos, ou seja, o patrimônio imaterial. O quarto e quinto dizem respeito à narrativa que relata a fundação da nação, em outras palavras: o estabelecimento de um “mito fundacional” que represente o povo. A utilização desses recursos faz com que exista a ideia de traços que definam a identidade do sujeito associada a elementos culturais desse espaço.

A partir dessas ponderações, não é sem propósito que muitos mitos fundadores e expansionistas<sup>1</sup> caracterizam a imagem de Portugal como uma nação indissolúvel e forte

---

<sup>1</sup> São variados mitos que povoam o imaginário coletivo português, conquanto como foi citado a importância dessas narrativas para construção da identidade nacional, faz-se importante exemplificar mito que marque a fundação: “O milagre de Ourique”; e o ideal de expansão: “O mito do Eldorado”, cuja fundamentação foi utilizada por toda Europa no processo de colonização.

na economia europeia nos séculos XV e XVI, no considerado “capitalismo remoto”, devido ao sistema de colonização e, por conseguinte, de exploração nas colônias africanas. Inseridos em um contexto de uma forte política nacionalista, o governo autoritário e de poder centralizador supremo, Salazarista/Estado Novo (1933-1974), fez uso dessas narrativas, presentes na memória coletiva, para fundamentar e garantir a sua política de governo.

Assim, em uma breve explanação do contexto histórico do período, na visão de Benjamin Abdala Júnior (1990), o Estado Novo representou “a institucionalização da ditadura, de acordo com o modelo corporativista do fascismo. [...]. Não foi permitida a organização de qualquer força de oposição e o Estado gradativamente hipertrofiou o seu poder” (p. 155). Nos meios de comunicação e na produção artística, o controle permaneceu presente, como o estudioso reitera:

A censura foi exercida sobre todos os meios de comunicação. Quando não ocorria censura direta, havia a autocensura. Não se fez concessões a setores embrionários de oposição. E o conservadorismo e o totalitarismo chegaram a níveis desmedidos que geraram disseções internas dentro do próprio regime. Também em relação a elas Salazar foi inflexível. (ABDALA JR, 1990, p. 156).

Arelado a esse quadro repressor, a primeira parte do romance analisado se passa em 1961, período marcado pela censura do governo salazarista. Desse modo, a personagem Sara, vivendo na metrópole e sem notícias da família na colônia, reflete:

O que se passa realmente na terra? O que é verdade e o que é propaganda do regime? E como estão os pais lá, confrontados com uma guerra? Pois é duma guerra que se trata, diga o governo o que disser. As notícias enchem as páginas dos jornais, mas informações eram poucas. A censura estava a trabalhar a triplo vapor, as tesouras nunca funcionaram tanto como agora. Os jornais enchem-se de discurso patrioteiros, Portugal é uno e indivisível, de declarações de apoio ao regime, mas pouco de concreto sobre os acontecimentos. (PEPETELA, 2013, p. 14).

Como característica própria do regime totalitário do “Estado Novo”, muitos foram os países que inseriram essa política de governo na Europa, bem como no Brasil e América



Latina, que se opuseram à teoria que fundamenta o comunismo. Enquanto isso, a presença ideológica dos meios de propriedade e produção coletiva se fazia presente nos ideais de independência política de Angola. Nessa mesma linha de pensamento, Aníbal afirma que:

Os comunistas são os únicos que têm uma organização eficaz. Dominam o movimento estudantil e podem ter a certeza que os estudantes não fazem nada sem o seu apoio ou pelo menos o seu aval. [...]. Os movimentos anticoloniais que foram surgindo, mesmo que independentes, foram sempre mais ou menos camufladamente encorajados por eles. Numa base de trabalho unitário, o importante era derrubar o fascismo em Portugal e o problema das colónias resolvia-se automaticamente. (PEPETELA, 2013, p. 57).

A forte presença ideológica marxista-leninista nos grupos atuantes que representavam a luta pela independência das colônias seguia cada vez mais firme. Há comprovações dessa intertextualidade em toda obra, notadamente na discussão sobre as diferenças teóricas entre a formação da União das Populações de Angola (UPA) e Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), bem como na menção feita entre os guerrilheiros durante o período da Guerra de Independência (1961-1974), quando usam entre si a expressão “camarada”.

Contra esses dois grupos e ao lado da força repressora do governo salazarista, tínhamos em Portugal e na supervisão das colônias, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (P.I.D.E). Através dos relatos e impressões trazidas na narração, há uma atmosfera de tensão constante sentida pelos jovens em relação à interpelação dessa corporação vigilante. Podemos comprovar esse monitoramento nas cartas de advertência que Sara recebia ao falar publicamente, na supervisão da Casa dos Estudantes, nos espaços públicos e privados, bem como no ato de 1º de maio. Neste manifesto que tinha como principal motivação o combate ao capitalismo, a juventude e trabalhadores foram às ruas para protestar contra a exploração e guerra vivida nas colônias, conforme o narrador exhibe:



A manifestação era formada por jovens. Na linha da frente, havia um ou outro homem mais velho, com aspecto operário, orientando as palavras de ordem. [...] Quando desembocavam no Rossio [...] alguém gritou Abaixo a Guerra Colonial, Independência para as Colónias. [...] A manifestação descia de novo para o Rossio. Foi então que apareceu a Guarda Nacional Republicana, a cavalo, saída do seu Quartel do Carmo. [...] A Guarda Republicana começou a distribuir as porrinhadas de cima dos cavalos e a manifestação dispersou-se numa balbúrdia, todos tentando meter-se pelas vielas ou nas portas das casas do Chiado. (PEPETELA, 2013, 33 e 34).

Nota-se no fragmento trazido acima a ação repressora da P.I.D.E nas manifestações de rua ocorridas em Portugal, na década de sessenta. Ainda referente à primeira divisão histórica da obra, a heterogeneidade étnica é um traço marcante nas análises de Sara ao registrar a presença de jovens africanos na metrópole. Também vale salientar a insistência e resistência a uma hierarquização racial feita pela política imperialista portuguesa, que criou uma hierarquização racial, que privilegiava os brancos se comparado aos negros. Assim, a personagem expressa: “Português puro nunca existiu, sempre foi um mestiço. E agora vem com racismos, bardamerda”. (PEPETELA, 2013, p. 70).

Concomitante a essa afirmação, Thomas Bonnici (2009) atesta que “historicamente pode provar que a constituição étnica de países europeus é tão mista quanto a de qualquer outra comunidade heterogênea”. (p. 275). Desse modo, podemos concluir que a análise de Sara em relação à homogeneidade étnica, em que os portugueses insistiam em propagar, não passava de uma construção ideológica de supremacia racial que persistiu durante o governo salazarista.

Na continuidade do romance, a segunda divisão, intitulada “Chana”, faz referência ao início dos anos 70. A conhecida e sangrenta Guerra de Independência de Angola (1961-1974) é registrada através da ótica de dois principais personagens: Sábio e Mundial, ambos correspondentes a Aníbal e Vítor, os mais experientes do grupo. Vemos nessa transição temporal como o gênero romance consegue abranger a complexidade do sujeito na exibição de mudanças da identidade. Com vista nas possibilidades de construção da personagem, podemos considera-las esféricas, pois, segundo as



considerações de Antonio Candido (2014), essas se caracterizam por ter “três, e não duas dimensões; de serem, portanto, organizadas com maior complexidade e, em consequência, capazes de nos surpreender” (p. 63).

Com vistas na citação trazida acima, é possível acompanhar as transformações e amadurecimento deles no decorrer da narrativa. Em decorrência disso, a segunda divisão do romance exhibe como se deram as guerrilhas na perspectiva de quem participou da luta armada contra a força militar portuguesa em território angolano. Algumas das impressões e dificuldades vividas na guerra distanciam-se dos relatos vistos na história oficial. Nesse caso, temos dois guerrilheiros que lutam pela independência do país como protagonistas da narração. Partindo para o título, “chana” significa planície ampla de vegetação rasteira, termo angolano que faz alusão à região leste de Angola.

Há, portanto, menção feita a um espaço geográfico onde ocorreram as guerrilhas, todavia, há impressões diversas desse espaço, como segue o excerto: “Para uns, os otimistas talvez, a chana é um terreno coberto de capim rodeado por uma floresta; para outros, os pessimistas, a chana é um terreno sem árvore que cerca uma floresta” (PEPETELA, 2013, p. 143). No decorrer da narrativa, nota-se que essas dessemelhanças de noções do espaço são dadas pelas experiências do sujeito. Também é clara e rica em detalhes a descrição que se faz do guerrilheiro e seus aparatos, como segue no fragmento:

O homem tem uma arma, uma Kalashnikov soviética, apoiada no ombro esquerdo. Um boné verde oculta-lhe o abundante cabelo encarapinhado. A barba farta termina em duas pontas no queixo. Os olhos são grandes, muito brancos, realçados pelos sinais duma noite mal dormida. Veste uma farda camuflada e calça botas militares. Do cinturão está pendente uma bolsa-cartucheira para os carregadores de reserva, do lado direito. Mais atrás, uma corda enrolada. Do lado esquerdo, o cantil e o punhal adaptável à arma. Na parte da frente do boné está espetado um emblema oval, onde se nota um facho aceso empunhado por uma mão negra: o homem é um guerrilheiro. (PEPETELA, 2013, p. 144 e 145).



Assim como é apresentada a descrição dos guerrilheiros, a exposição dos militares também é feita ao lado das técnicas de atuação. A resistência à fome, a falta de espaços propícios para descanso, a inexistência da mulher como companhia e satisfação pessoal, a cobrança popular, a inexperiência de companheiros e, por fim, a desarticulação do grupo são problemas enfrentados e relatados durante toda segunda divisão da narrativa. Além disso, o antigo conflito entre prática e teoria é problematizado pelas personagens. Vemos, portanto, como a “práxis” continua presente nas discussões em torno da revolução feita pelos jovens idealizadores.

Problematizado também pelo filósofo Karl Marx e Friedrich Engels (1999), a união entre a prática e teoria é o centro da discussão presente em seus estudos. Para os autores, não existe fundamentação prática sem haver a instrução teórica, todavia, o ponto principal da questão é a realização de ambas de modo concomitante. O narrador, portanto, ao descrever as motivações que levaram Vítor à luta é pontual, quando afirma: “Estava farto de ouvir as mesmas discussões sobre tal texto de Marx ou Lênin, cânones sagrados que era preciso saber interpretar a cada momento. Por isso veio para luta”. (PEPETELA, 2013, p. 159).

Diante dessas considerações, o antagonismo entre os interesses dos grupos não acontecia somente entre metrópole e colônia, mas entre os próprios movimentos que lutavam por um denominador comum: a independência política. Assim como já fora citado anteriormente, a divisão entre UPA e MPLA fica ainda mais nítida, quando o narrador apresenta o perfil dos guerrilheiros que ficavam ao norte e os demais que ficavam ao leste.

Os desacertos entre Sábio e Mundial comprova bem esse quadro motivado por diferenças territoriais, de fundamentação teórica, bens culturais, como afirma o primeiro jovem citado em discurso direto: “– Não podes ver! Essa é a nossa diferença. És do Norte e inconscientemente defendes os teus. Problema cultural”. (PEPETELA, 2013, p. 178).



As contradições entre a maneira como os guerrilheiros e militares eram tratados durante a guerra são levantadas constantemente na fala de Mundial, ao analisar os motivos que estavam levando muitos “camaradas” a abandonar a luta. Ele afirma: “Um camião entra no posto. Chegam-lhe ao ouvido exclamações de alegria, deve trazer comida e vinho, sacanas, comem e bebem do melhor, assim é fácil fazer guerra” (PEPETELA, 2013, p. 193); essa passagem mostra como havia a preocupação da administração portuguesa em manter seguros e acomodados os militares na colônia.

Diante dessas reflexões e, em especial, da situação de emboscada vivida por Vítor, alcunhado de Mundial pela tropa, vemos uma tentativa de abandono na guerra, no entanto a sua decisão em se manter persiste, quando consegue sair a salvo como herói. A contradição da personalidade da personagem é revelada, quando em discurso direto ele afirma que combateria o inimigo, todavia, pensava em se entregar e partir para o lado do opressor. Essa circunstância comum na vida dos guerrilheiros além de ser configurada através do exemplo de Mundial, também é questionada pelos interesses políticos e partidários de líderes governamentais, após a Independência de Angola.

Vale notar que há nesse relato uma questão fundamentalmente comum na relação proposta pelo complexo colonial. Discutida também pelo crítico literário, Roberto Schwarz (1992), a relação de dominação entre posições hierárquicas dentro da colônia gera a disputa de poder, não de classes como Marx contestou, mas de mudança de posições, quando o dominado anseia assumir a posição de dominador. Todavia, a relação feita pelo estudioso acontece no âmbito substancial da nação, ao comparar a maneira como os brasileiros imitavam os costumes daqueles que viviam nos países europeus.

De modo comparativo, a figura de Mundial com o passar do tempo traduz esse “complexo de dominação”. Conforme mencionado, a exibição dos interesses individuais e as dessemelhanças do UPA, depois intitulada Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e MPLA, já anunciam o que posteriormente desencadearia os anos de Guerra Civil (1975-2002), ou seja, a disputa pelo poder e o interesse em protagonizar a nova



política nacional. Nesse processo, o romance apresenta uma linha tênue de desilusão daquilo que fundamentava a guerra e dos supostos novos caminhos que levaria a nação; uma contrariedade para a geração que sonhou com a construção da autonomia, soberania e união entre as nações.

Nas duas últimas divisões do romance, o marco temporal alude aos anos póstumos à independência política do país. Os títulos “O Polvo” e “O Templo” envolvem o início da década de oitenta até os anos noventa. Voltando-se para história oficial, Angola viveu, desde a sua independência política até os anos dois mil, uma longa e desastrosa guerra civil. Marcas desse período são apresentadas no romance de forma engenhosa, visto que Aníbal, frustrado com os caminhos tomados pela nação, decide viver afastado de toda a modernização que Angola começa a ter. Entrecortado entre o desfecho da vida das personagens e a situação político-social do país, o narrador evidencia os papéis de Sara, Aníbal, Vítor e Malongo. Todos ligados pelo período vivido na metrópole e pela dedicação aos anos de luta pela independência, exceto o último personagem citado.

Diante das novas circunstâncias, na parte final do romance, há um descrédito de Aníbal ao conceber a modernização como um meio de progresso. O seu exílio configura as mudanças de costume de um ex guerrilheiro que passou a ser um simples pescador anônimo. O seu comportamento é questionado até mesmo pela antiga amiga e agora companheira, Sara, ao analisar: “– Deves concordar que a tua desapareição da cena política surpreendeu muita gente. Ofereceram-te vários cargos, ao que constou. O Vítor disse-me que até de para ministro. [...] Depois de uma vida inteira de luta” (PEPETELA, 2013, p. 243).

Com posições marcadamente contrárias a postura política de Vítor, Aníbal assume o posto de narrador e faz análises do contexto social e críticas à entrada de outras nações para explorar a terra, bem como, ao aproveitamento da política como meio de promoção e enriquecimento individual. Essa falta do pensamento coletivo que outrora foi base para tornar livre a colônia da direção administrativa portuguesa desapareceu antes mesmo da



conquista, pois, segundo Aníbal: “A um momento dado, mesmo que muito breve nalguns casos, fomos puros, desinteressados, só pensando no povo e lutando por ele. E depois... tudo se adulterou, tudo apodreceu, muito antes de se chegar ao poder”. (PEPETELA, 2013, p. 245).

Concomitante a essa afirmação, as análises de Aníbal não se centram somente na nomeação e privilégios oferecidos pelo governo aos ex combatentes que exerciam alguma função de comando, mas faz críticas à falta de suporte concedida aos guerrilheiros que saíram afetados fisicamente da guerra e, sobretudo, à pouca preocupação dos governantes em relação aos problemas gerados pelo sistema de propriedade e produção do “capitalismo tardio” imposto em Angola. De acordo com o imediatismo proposto por esse sistema, a sociabilização fica dependente do consumo, assim, a ideia de modernização gera a segregação, pois nem todos podem participar desse ciclo comercial imposto (FERNANDES, 2009).

O isolamento daqueles que não podem aderir às novas exigências acaba gerando a exclusão, resultando, com isso, novas formas de pobreza e racismo. Desse modo, o considerado “capitalismo tardio” corresponderá principalmente à última divisão da narrativa, onde a construção de um templo religioso, comandada por Vítor e contribuição de Malongo, evidencia o enriquecimento de um grupo seletivo através da alienação do povo. Frente a uma população que enfrentou uma guerra de libertação e resquícios deixados por ela, as impressões de Malongo são precisas, quando relata a sua passagem no centro urbano:

Logo mudou de pensamento, ao ver as pessoas, sobretudo crianças, que se aglomeravam na lixeira, procurando restos de comida, roupa, ou coisas que pudessem ser vendidas, disputando-as com os ratos e aves. Essa lixeira antes era pequena e a zona não estava ocupada. Mas o crescimento da cidade, agora era quase no centro, mesmo ao lado do bairro diplomático. Quando o vento soprava do norte, o cheiro pestilento invadia as embaixadas. Uma vergonha. As pessoas se moviam por cima do lixo fumegante, tão sujas como a própria lixeira. E os bairros tinham



rodeado a lixeira, para mais perto respirarem os miasmas que dela emanavam. (PEPETELA, 2013, p. 362).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, vale marcar que foram muitas as tentativas de silenciamento que as produções literárias africanas de língua portuguesa enfrentaram, motivadas, sobretudo, pela força controladora colonialista da metrópole portuguesa. No entanto, como a obra de Pepetela já se insere no contexto de independência angolana, tendo em vista o ano de publicação, podemos inferir que esse não foi um obstáculo enfrentado, todavia ainda vemos uma forte crítica destinada ao conflito entre as posições políticas durante o período colonial. Também verificamos atuação do governo português na tentativa de omitir os movimentos anticoloniais que começavam a se fortalecer e, sobretudo, pela avaliação das dificuldades enfrentadas pela população na busca do estabelecimento de uma unidade nacional durante guerra civil. Nessa luta de forças antagônicas, pelas análises de Aníbal, a problematização levantada pela teoria marxista abrange o complexo colonial e até mesmo o sistema republicano angolano instaurado posteriormente.

À vista disso, para Karl Marx, a história da humanidade sempre evidencia a disputa entre as classes. Entre outras análises, a sua tese defende fundamentalmente o jogo de oposições, cuja atuação pode ser compreendida de forma explícita ou implícita. Para melhor exemplificar, no comunismo primitivo, período em que o homem ainda não tinha noção de propriedade, vivíamos em uma zona de produção e propriedade coletiva. Depois que passamos a ter noção de posse advinda das nossas relações sociais, a visão se transforma e, com isso, começa a existir a segregação da sociedade, gerando assim a formação de grupos antagônicos entre si.

Desse modo, muitos são os prejuízos causados às minorias, vista através de um conceito político e não numérico, pois a classe que vai manter o domínio econômico, contemplada pela aquisição do capital, vai ser menor se comparada com a base que a sustenta. Para o filósofo alemão, dentro de uma viagem temporal, na história da



humanidade, sempre houve essas duas forças contrárias, a citar: patrícios *versus* plebeus, barão *versus* servo, entre outros. No entanto, esse quadro vai ser modificado depois da colonização feita pela Europa no continente africano e nas Américas, como segue o excerto: “A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia em assenso um novo campo de ação [...] a colonização da América, o comércio colonial” (MARX, K. H. ENGEL, 1999, p. 8)

Em troca do “livre comércio”, a burguesia mantém o mesmo sistema de propriedade e produção, a individual, e faz adaptações às novas necessidades econômicas. Essa ocorrência é bem exemplificada a partir da passagem colonial para o sistema republicano visto na obra. Partindo para análise das personagens, podemos notar que há a apresentação de uma visão frustrada em torno dos novos rumos tomados. Com isso, a construção de uma nacionalidade integradora, antes sonhada pelos personagens, rompe os horizontes de expectativas, quando se enxerga a miséria, marginalização e a fragmentação da população ocupando os espaços limites dos centros urbanos.

Tomando as palavras do teórico Anatol Rosenfeld (2014): a personagem de um romance [...] é sempre uma configuração esquemática (p. 33), assim, é clara a preocupação do narrador ao citar as personagens e, logo em seguida, sua postura política exercida na metrópole. Isso é feito por meio das leituras que individualmente eram realizadas ou até mesmo pelo desprezo nas discussões que envolviam as circunstâncias de sujeição das colônias e da força política centralizadora salazarista (1933-1974) que estavam submetidos a viver.

Portanto, no âmbito da narração, além da evidente transformação do sujeito nos anos pós-tomados à metade do século XX, através de uma narração flexível, que transita entre a postura observadora, adentrando no íntimo das personagens, o narrador propõe um diálogo entre a literatura e outras ciências ao tocar em correntes políticas que moviam os estudantes. Desse modo, através da arte, retornamos para o real e, como ciência autônoma, a literatura pode problematizar, bem como, promover possíveis diálogos entre



as diversas áreas, contribuindo, assim, para investigação do passado e, uma possível (re)construção da memória coletiva.

## REFERÊNCIAS

ABDALA JR, Benjamin. *História social de literatura portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Org: Thomas Bonnici, Lúcia Osana Zolin. 3º ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

CANDIDO, Antonio. In: \_\_\_\_\_. et al. *A personagem de ficção*. 13º Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CEVASCO, Maria. Literatura e estudos culturais. In: *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Org: Thomas Bonnici, Lúcia Osana Zolin. 3º ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania. *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Angola*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

FERNANDES, Gisèle. O pós-modernismo. In: *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Org: Thomas Bonnici, Lúcia Osana Zolin. 3º ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

FERRARI, Sandra. *Estrutura narrativa na pós-modernidade*. XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, Estética. Disponível em: <



<http://www.abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0582-1.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós- modernidade*: tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HAMILTON, Russell. *Literatura africana literatura necessária* – Angola. Lisboa: Edições 70, 1981.

MARX, K. H. ENGEL, F. *O Manifesto Comunista*. Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999. Fonte Digital ([www.jahr.org](http://www.jahr.org)) [E-book].

PEPETELA. *A geração da utopia*. São Paulo: Leya: 2013.

REIS, Glória. Arte, memória e cidades: espaços de vivências coletivas e temporalidades em movimento. In: *Nação e Identidade: ensaios em Literatura e Crítica Cultural*. Org. Magda Velloso Fernandes de Tolentino. São João del-Rei: UFSJ, 2007.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In: CANDIDO, Antonio. et al. *A personagem de ficção*. 13<sup>o</sup> Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 4<sup>o</sup> ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.